# Apresentação

Apresentamos aos leitores o volume 91, nº 1, relativo ao trimestre de janeiro a março de 2025, da *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*. A edição é composta de artigos aprovados** por nosso Corpo de Pareceristas, a quem agradecemos a inestimável contribuição intelectual para a excelência acadêmica de nossa publicação.

Este volume abre com artigo do ministro do TST Breno Medeiros e da juíza Karine Vaz acerca do *nomadismo digital*, estilo de vida em que trabalhadores usam a tecnologia para realizar funções de forma remota, sem residência fixa. Os autores argumentam que, embora enfrente desafios e requeira um bom planejamento, o processo reflete uma busca por equilíbrio entre trabalho e lazer.

O artigo de Helena Lazzarin e João Henrique Hagemann aborda a atual utilização dos índices de correção monetária e juros sobre os créditos provenientes de condenação judicial pela Justiça do Trabalho. Os autores explicitam a evolução histórica desses institutos no processo do trabalho, bem como o entendimento consagrado pelo STF e a jurisprudência firmada pelo TST. Apresenta-se, ao final, uma projeção quanto ao futuro, considerando a inovação trazida pela Lei nº 14.905/2024.

Hugo Fidelis examina em seu texto o direito dos trabalhadores à saúde no meio ambiente do trabalho, com foco nos servidores estatais, sejam estatutários ou celetistas. O autor analisa a competência legislativa da União e a interação com normas regulamentares para garantir condições seguras de trabalho.

Carolina Tupinambá e Ana Luiza Sousa analisam os aspectos processuais do incidente de desconsideração da personalidade jurídica inaugurado pelo CPC vigente e sua aplicação ao processo do trabalho. Investigam-se aspectos materiais das sociedades anônimas e a regulamentação especial garantida pela Lei nº 6.404/76, as quais justificam a necessidade de aplicação da teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica quando aplicada às companhias abertas ou fechadas.

Carlos Eduardo Dias expõe em seu artigo que a competência da Justiça do Trabalho, delimitada pela Constituição Federal de 1988, tem sido objeto de intensos debates, especialmente nos últimos anos, devido a uma série de decisões do STF, que promoveram uma ampla mudança na tendência da jurisprudência até então consagrada.

O texto de Amauri Cesar Alves procura compreender o fenômeno jurídico consistente em contratação de prestação de serviços firmada entre duas pessoas

---

* Os artigos podem ser submetidos à avaliação, a qualquer época do ano, por meio do seguinte endereço eletrônico: revista@tst.jus.br. As normas para a elaboração dos textos encontram-se ao final deste volume.

jurídicas distintas. O autor discute se tal fenômeno sociojurídico pode revelar-se hígido ou fraudulento a partir de cada caso concreto ou se ele sempre será lícito em razão de escolha livre das partes contratantes.

O artigo de Emerson Costa de Sá *et al.* investiga o fenômeno da "economia do bico" (*gig economy*) em sua origem histórica e respectivas implicações jurídicas. O estudo compreende o trabalho no setor de serviços mediado por plataforma *online*, notadamente quanto às possibilidades de tratamento jurídico de tais relações.

O texto de Renato Barufi *et al.* aborda o direito à desconexão no teletrabalho, ressaltando sua relevância em um contexto de ampla adoção de tecnologias digitais e flexibilidade laboral. Os autores discutem os impactos negativos da hiperconexão na saúde física e mental dos trabalhadores e exploram a ausência de regulamentações específicas na legislação brasileira.

O artigo de Igor Mauad discute a verba participação nos lucros ou resultados, apontando suas principais características, para, ao final, apontá-la como um instrumento democrático no ambiente de trabalho, já que tem como objetivo estimular a produtividade e incorporar o empregado à estrutura empresarial.

Natanel Zotelli Filho *et al.* abordam o adicional de periculosidade do agente da autoridade de trânsito. Os autores identificam os principais tópicos para a aplicação da legislação, como, por exemplo, a definição de agente de trânsito.

O artigo de Etenar Silva e Raimunda Barros discute se a implementação da justiça restaurativa na Justiça do Trabalho poderia trazer soluções a processos que discutam casos de assédio moral no ambiente de trabalho.

Renann Ferreira explora em seu texto a formação do instituto da aprendizagem profissional conforme aplicado na contemporaneidade. O autor aborda a formação desse instituto a partir da perspectiva da Marinha do Brasil dos anos 1870 até a recente Recomendação nº 208 da OIT, que dialoga com as diretrizes do Mercado Comum do Sul de "não deixar ninguém para trás" na concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O texto de Lara Caxico *et al.* discute o assédio processual, forma de abuso do acesso à Justiça por meio de condutas processuais. Os autores analisam a previsão legal e jurisprudencial sobre a temática, especialmente no âmbito processual do trabalho. Apresenta-se como hipótese a possibilidade de utilização do CPC para fundamentar as decisões que impliquem indenizações.

Finalizando este volume, Thais Miranda *et al.* fazem uma análise dos entendimentos do STF, no que tange à atuação da Justiça do Trabalho, em especial, nos processos trabalhistas em que se apura fraude contratual trabalhista.

Que todos tenham uma excelente leitura.

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Presidente da Comissão de Documentação e Memória